

## Reeleição de presidente começa a ser discutida em plenário

*Senadores realizam hoje o segundo dia de debate da proposta, que prossegue até sexta-feira, quando poderão ser apresentadas emendas*



Entre Quintanilha e Cabral, ACM preside primeira sessão de debate da proposta da reeleição

### LDO limita Congresso, alerta Lobão

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1998 impede que parlamentares alterem a legislação do Imposto de Renda ou opinem sobre incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária e financeira.

O alerta foi dado sexta-feira pelo senador Edison Lobão ao apontar uma "agressiva interferência" na função legislativa exercida pelo Congresso Nacional. **Página 2**

### "Ninguém escapará do relatório", diz Requião

O senador Roberto Requião informou sexta-feira que tem ficado normalmente até 4h30 da manhã redigindo o relatório da CPI dos Precatórios, do qual "não escapará ninguém".

O senador antecipou que os envolvidos serão incriminados um a um, devendo também seu relatório conter várias sugestões de mudança na legislação fiscal. **Página 6**

### NESTA EDIÇÃO

**Suplicy critica descaso com renda mínima**

**Página 5**

**Francelino apóia integração continental**

**Página 8**

O plenário do Senado deu início na sexta-feira ao prazo de cinco sessões consecutivas destinadas a discutir a proposta de emenda constitucional que prevê a reeleição de presidente da República, governador e prefeito. O debate contou com intervenções dos senadores José Eduardo Dutra, Bernardo Cabral, Carlos Patrocínio e Waldeck Ornelas. Durante o período de discussão, que prossegue até o dia 2 de maio (sexta-feira), poderão ser apresentadas emendas à proposta. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Página 3**

### Quintanilha e Ademir debatem luta pela terra

Leomar Quintanilha considerou inadmissível a política dos sem-terra de invadir fazendas para deflagrar o processo de reforma agrária, apesar das ações que o governo vem promovendo para resolver o problema. Já Ademir Andrade aplaudiu o fato de que, pela primeira vez, o Incra antecipou-se às invasões de terras, ao iniciar a desapropriação da fazenda Tainá-Rekã, antiga Bradesco, localizada no sul do Pará. **Página 5**

# Para Lobão, LDO restringe poder do Congresso

*Artigo 43 da Lei mantém prática de anos anteriores, impedindo que parlamentares alterem legislação do Imposto de Renda ou opinem sobre benefício tributário*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou contra o disposto no artigo 43 do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1998, que, segundo disse, dá prosseguimento à prática adotada em anos anteriores, impedindo os parlamentares de alterar a legislação do Imposto de Renda ou opinar sobre incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira.

- Há nesse dispositivo uma agressiva interferência ao poder de legislar do Congresso Nacional - denunciou o senador, acrescentando que "o parlamentar, que conhece como ninguém os empreendimentos espalhados por todo o país, está impedido, pela LDO que ele próprio aprova, de oferecer idéias que muitas vezes vão salvar iniciativas do maior interesse para o desenvolvimento nacional - afirmou.

Edison Lobão disse ser da



Edison Lobão

melhor conveniência econômica que o governo promova a conclusão de obras federais inacabadas, que, distribuídas por todo o país, estão com suas estruturas ameaçadas de deterioração. Ele observou que o pro-

jecto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não prevê essa despesa, lançando para o futuro o acréscimo de custos com a recuperação das obras.

O senador entende que, entre as obras federais abandonadas, "há algumas de alta prioridade que merecem ser concluídas em

caráter emergencial, como, por exemplo, usinas de geração de energia elétrica, pontes e rodovias". Ele pediu ao Congresso maior atenção na análise da LDO, tanto para corrigir os pontos que retiram atribuições do Legislativo como para enfatizar a conclusão de obras federais inacabadas.

## Importação preocupa cafeicultor, diz Ignácio

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse que os cafeicultores do Espírito Santo estão apreensivos com a perspectiva de novos prejuízos. O motivo, segundo o senador, é o anúncio de que uma empresa paranaense de café solúvel estaria disposta a importar da Índia 20 mil sacas do produto.

Na opinião do senador, a iniciativa dos empresários do Paraná tem por objetivo forçar o governo federal a realisar novos leilões de seus estoques reguladores e, assim,

provocar a queda no preço do café. Ele afirmou que, além de ocasionar perdas relevantes para os produtores, a operação poderá acarretar prejuízos à economia do Brasil.

- Esperamos que o governo, através do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, não se deixe levar por maquinações desta natureza. A hora é de fortalecer a cafeicultura brasileira, e não de criar mecanismos que permitam o fortalecimento de um



José Ignácio

segmento da comercialização do café em detrimento da faixa produtora - frisou José Ignácio Ferreira.

Após salientar que os produtores já sofreram no próprio bolso os efeitos "nocivos" das sucessivas intervenções do governo no mercado cafeeiro, José Ignácio afirmou que "os cafeicultores do Espírito Santo e de outros estados não têm condições de arcar com uma outra baixa artificial do *conillon*".

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador Antonio Carlos Magalhães**

**15h30** - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

**16h30** - Recebe o embaixador da Venezuela, Alfredo Toro Hardy

**17h** - Recebe o reitor da Universidade de Guarulhos, Dr. Antônio Veronese

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

**Terça-feira (29.04.97)**

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos; \*PDL nº 24/97, que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16

e 17.12.96; e \*Projeto de Resolução nº 47/97, que autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 10.12.96, junto à Caixa Econômica Federal.

**Quarta-feira (30.04.97)**

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Quarto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 4/97.

**Sexta-feira (02.05.97)**

**9h** - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 4/97.

### COMISSÕES

**Terça-feira (29.04.97)**

**17h** - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Audiência pública com o objetivo de discutir a violência sofrida pelos povos indígenas, como os massacres de 14 ticunas em 28.03.88, e de 19 ianomâmis em 02.93; e os assassinatos de Maçal Tupa-í, Raimundo Silvindo e do pataxó Galdino Jesus dos Santos.

**Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa**

**17h** - CPI dos Precatórios

**Pauta:** Depoimento dos ex-diretores da Arjel, Antônio da Cunha Villas Boas e Luiz Antônio Mora. **Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho**

# Debate sobre a emenda da reeleição prossegue até sexta

*Após esse prazo, plenário poderá votar em primeiro turno a proposta que tem parecer favorável da Comissão de Justiça*

O plenário do Senado continua a discutir hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos. A matéria, que entrou em pauta na última sexta-feira, será debatida até a sessão de 2 de maio (sexta-feira), completando o prazo de cinco sessões de discussão. Depois desse prazo, o plenário poderá votá-la em primeiro turno.

Conforme a proposta - que tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatada por Francelino Pereira (PFL-MG) -, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido podem concorrer à reeleição para um único período subsequente.

## DIVERGÊNCIAS

Na sexta-feira, o início da discussão sobre a reeleição foi marcado por divergências entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE). Tudo começou quando Dutra, após elogiar a Mesa por ter cumprido as normas do Regimento Interno que antecedem a inclusão da matéria na Ordem do Dia, questionou a falta de *quorum* para o debate sobre a proposta. O líder pediu a suspensão da sessão, afirmando que esta não poderia ser computada como uma das cinco sessões destinadas à discussão da emenda. Questionou também o fato de o relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), não estar presente à sessão.

O presidente do Senado não acolheu a questão de ordem de Dutra, sob a alegação de que ela não estava amparada no Regi-

mento, e disse que a discussão prosseguiria. O líder do PT contestou a decisão de Antonio Carlos, afirmando que o Regimento exige a presença de quatro senadores para a abertura da sessão e permite que sejam feitos pronunciamentos com esse número, mas exige *quorum* para uma sessão deliberativa, como a daquela sexta-feira. Dutra insistiu em que não havia *quorum* para a

sessão, e o presidente reafirmou o contrário. O líder do PT pediu verificação de *quorum*, mas o presidente não consultou o plenário sobre essa solicitação.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) discordou de Dutra quanto à necessidade de suspensão da sessão por falta de *quorum*. O presidente, então, baseou-se no art. 304 do Regimento para determinar que a sessão prosseguisse. Logo depois, con-

cedeu a palavra ao senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), para discussão da matéria. Dutra voltou a insistir em que o líder pode pedir a palavra a qualquer momento. O presidente acusou Dutra de estar tumultuando a sessão, ao que o líder respondeu que estava apenas defendendo a aplicação do Regimento. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu a palavra para informar que havia procurado o relator, Francelino Pereira, para que comparecesse ao plenário - o que foi feito.

Posteriormente, Dutra falou como líder, após citar dispositivo regimental que lhe garantia esse direito para uma comunicação urgente sobre questão de interesse partidário. Nessa intervenção, o senador afirmou que o objetivo do PT é o de que o Congresso seja cada vez mais respeitado e que o Legislativo consiga reverter sua imagem perante a opinião pública.

**Dutra levantou questão de ordem sobre quorum**

**Pedido de suspender a sessão não foi aceito pela Mesa**

## Waldeck: proposta viabiliza reformas

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu sexta-feira a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governador e prefeito, afirmando que a medida é importante e fundamental para que o país continue com o processo de reformas que vem sendo desenvolvido pelo governo.

O senador contestou o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), que pregou a necessidade de o Congresso reverter a imagem que tem

junto à opinião pública. "Não concordo que a imagem do Congresso seja ruim. Ele tem cumprido seu papel, tem sido produtivo e eficiente", disse o senador baiano.

Waldeck também questionou a posição de Dutra sobre a necessidade de a discussão da emenda ser feita com a presença da maioria absoluta dos senadores. O senador entende que o *quorum* é exigido para a votação da matéria, e não para a discussão.



Júlio Campos

## Campos propõe informação clara sobre impostos

O comércio e as empresas prestadoras de serviço, com exceção das microempresas de pequena renda, serão obrigados a manter os consumidores informados acerca do valor dos impostos que incidem sobre produtos oferecidos ao consumo, se aprovado projeto de Júlio Campos (PFL-MT) sobre o assunto. A matéria prevê que a pena para o descumprimento da lei é de multa de R\$ 500,00, acrescida de cem reais por dia até que a irregularidade seja sanada.

A proposição estabelece que as informações serão prestadas obrigatoriamente por meio de tabelas afixadas em local apropriado, especificando a participação tributária no preço final de todas as mercadorias e serviços apresentados ao comprador. Essas informações poderão constar, facultativamente, de qualquer outro meio utilizado para a divulgação de produtos.

Júlio Campos argumenta, na justificativa de seu projeto, a necessidade de tornar efetivos os direitos dos consumidores previstos na Constituição, quando esta prevê que "a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos sobre os impostos".

Enquanto os chamados tributos diretos são de pleno conhecimento dos contribuintes, por incidirem sobre os seus rendimentos ou patrimônio, como o IPTU, por exemplo, os tributos indiretos não são visíveis para aqueles que os pagam - enfatizou o senador.

# Mauro pede reflexão sobre violência

*Drogas, velocidade no trânsito, permissividade sexual, perda da religiosidade e falta de comando na família parecem ao senador circunstâncias degeneradoras da sociedade*

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a necessidade de serem realizadas campanhas educativas no país para apontar à sociedade as causas de "comportamentos tortuosos de final de século", a exemplo do crime praticado por cinco adolescentes que queimaram vivo um índio, em Brasília.

- Esse fato deve levar toda a sociedade a refletir sobre os fatores que estão levando os jovens a perder valores mínimos de convivência social. A escaradevidão às drogas, o uso da



Mauro Miranda

velocidade no trânsito como instrumento de afirmação pessoal, os excessos de permissividade sexual, o desaparecimento vertiginoso dos elos do comando do seio familiar, a perda das referências da reli-

giosidade parecem a mim circunstâncias degeneradoras do tecido social - disse.

Mauro Miranda ressaltou que a "carga diária de violência que é levada de graça para dentro de casa, pelos meios de comunicação e pelos filmes importados", pode ser uma pista para a compreensão do que está acontecendo. Segundo ele, "é hora de levar à mesa de discussões o que o governo pode fazer, com a compreensão e a adesão dos empresários de comunicação".



Marluce Pinto

## Marluce vê mudanças com morte de Galdino

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse sexta-feira que, lamentavelmente, o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos só teve repercussão nacional e internacional porque aconteceu numa praça de Brasília, num momento em que ocorria a maior concentração jamais vista de sem-terra na cidade.

Na opinião da senadora, entretanto, a morte de Galdino "será um marco nos novos destinos que a partir de agora o país assumirá", já que a história da humanidade "está repleta de sacrifícios que antecederam as grandes mudanças e revoluções".

De acordo com Marluce Pinto, também contribuiu para que o crime se tornasse manchete e fosse fartamente veiculado pelas televisões o fato de os jovens envolvidos no crime pertencerem à classe média. Nesse sentido, a senadora lamentou que os pais, ao se afastarem dos filhos, estejam delegando às escolas, "que têm pouquíssimas condições", a responsabilidade integral por sua educação.



Marina Silva

## CAS discute agressões a índios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública amanhã, às 18 horas, para debater a violência contra os povos indígenas, atendendo requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC). Foram convidados o ministro interno da Justiça, Milton Seligman, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Geiger, entidades representativas dos povos indígenas e membros do Ministério Público Federal.

O objetivo da audiência, segundo Marina, é discutir a violência sofrida pelos índios, especialmente o assassinato do pataxó Galdino Jesus dos Santos, a detenção de caciques que ocupavam a Funai há 15 dias, além dos massacres de 14 ticunas, em 1988, e de 19 ianomâmis, em 1993, entre outros.



Na Vitrine dos Estados, a história da nova capital

## Exposição mostra construção de Brasília

Em comemoração ao aniversário da cidade, a exposição *A História da Construção de Brasília* mostra, até o dia 2 de maio, fotos e vídeos sobre a construção e o desenvolvimento da capital federal na Vitrine dos Estados, no térreo do Senado. A organização é de Alan Silva e Nelma Curado, da Coordenação de Relações Públicas da Casa.

A exposição acompanha a história da mudança da capital para o interior do Brasil, desde a Missão Cruls que, em 1892, delimitou a área da nova cidade, prevista na Constituição de 1891, até a construção e a consolidação de Brasília. Além de várias fotos das obras, é possível conhecer os projetos que fixavam a mudança da capital,

inclusive um, datado ainda no Império, e a proposta vencedora do urbanista Lúcio Costa, no concurso realizado para o planejamento da cidade.

A mostra exibe fotos da primeira missa realizada em 3 de maio de 1957 e da construção da Praça dos Três Poderes, em 1958. São mostradas ainda imagens das primeiras escolas, cinemas e hospitais da cidade e o surgimento das cidades-satélites.

Completam a exposição vídeos da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, com as atrações turísticas de Brasília, e do Arquivo Público, com filmagens da construção, feitas a pedido do presidente Juscelino Kubitschek. As fotos da exposição pertencem também ao Arquivo Público.

# Ação preventiva do Inbra agrada a Ademir Andrade

*Início da desapropriação da antiga Fazenda Bradesco, segundo senador, evitará invasões de trabalhadores rurais sem-terra*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse sexta-feira que, pela primeira vez, o Inbra antecipou-se às invasões de trabalhadores rurais sem-terra, ao iniciar a desapropriação da Fazenda Tainá-Rekã, antiga Bradesco, localizada no sul do Pará, em Conceição do Araguaia. Ele congratulou o Ministério da Reforma Agrária pela decisão.

Conforme relatou, em reu-



Ademir Andrade

não realizada quinta-feira no Inbra, o Ministério da Reforma Agrária comprometeu-se a desapropriar mais 12 mil ha da fazenda e a agilizar a imissão de posse dos 26 mil ha já desapropriados. Além disso, acrescentou, o governo federal manifestou a disposição de desapropriar a área total da Bradesco, de 63 mil ha.

Segundo Ademir Andrade, todos os participantes da reu-

não manifestaram preocupação com a possibilidade de a fazenda ser invadida por madeireiros, tendo o Inbra reconhecido que as 600 famílias acampadas ao lado da área são fundamentais para vigiá-la até que o processo de desapropriação se complete.

O senador informou que o atual proprietário da fazenda está disposto a dialogar com os sem-terra para definir formas de garantir que essa fase de transição transcorra sem incidentes e violência.



Quintanilha

## Quintanilha não aceita tática de invadir terras

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse sexta-feira ser inadmissível a política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de invadir fazendas para deflagrar o processo de reforma agrária, apesar das ações que o governo vem promovendo para resolver o problema.

Conforme o senador, "é impossível assentar mais de 5 milhões de pessoas em prazo muito curto", sendo necessários entre doze e quinze anos, de acordo com avaliação do ministro Raul Jungmann, da Reforma Agrária.

- Não podemos ignorar os esforços que estão sendo promovidos pela administração federal e, particularmente, pelo ministro da Reforma Agrária para atender as reivindicações do MST, que são legítimas - disse Quintanilha, acrescentando, no entanto, que a questão fundiária é "um legado oneroso de centenas de anos que se agrava na atual administração".

Leomar Quintanilha anunciou que, entre outros procedimentos, o governo federal está desarmando os fazendeiros no sul do Pará, numa operação que se estenderá a todo o país.

- Assim, não podemos deixar de prestar nossa solidariedade ao ministro Raul Jungmann e pedir aos membros do MST para que, sem renunciar à sua luta, abandonem a ilegalidade das invasões para tentar reduzir os conflitos - acrescentou.

## Suplicy critica governo por relegar no Congresso projeto de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou sexta-feira, no plenário do Senado, o atraso do governo e do Congresso na aprovação do projeto para dar a cada brasileiro uma renda mínima, ou renda da cidadania, que viria complementar o salário mínimo no esforço para erradicar a miséria e a pobreza absoluta no país. O parlamentar alertou que via ajuste do salário mínimo não será possível alcançar esse objetivo, já que aumentos muito elevados e bruscos provocariam efeitos indesejáveis sobre os preços e a inflação, bem como ameaçariam a sobrevivência de muitas empresas e acabariam não sendo honrados por grande parte das prefeituras, notadamente no Norte e Nordeste.

Depois de historiar a evolução do salário mínimo em moeda constante, desde sua criação em julho de 1940 até o primeiro semestre do ano passado, a partir de dados levantados pelo Dieese (Depar-

tamento Intersindical de Estatística), o parlamentar petista apontou uma perda acentuada de seu valor real e poder de compra, inclusive no atual governo, "apesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter prometido em sua campanha que pelo menos dobraria o salário mínimo em sua administração". Se o salário mínimo já não é tão vital para estabelecer a remuneração de trabalhadores em áreas como São Paulo e o Sudeste em geral, ele continua sendo o padrão de pagamento em regiões de menor desenvolvimento relativo, como o Norte e o Nordeste, explicou.

Eduardo Suplicy anunciou a intenção de pedir uma audiência ao presidente da República para "esclarecer definitivamente as posições diante da questão de criação de uma renda mínima para cada brasileiro". O projeto ainda está no Congresso,



Eduardo Suplicy

apesar de ter sido uma proposta apresentada pelo próprio Fernando Henrique, à época em que era senador, e já aprovada pelo Senado. O senador criticou o empenho da base governista em aprovar questões como a emenda da reeleição, enquanto deixa de lado outros temas e projetos importantes para o combate à pobreza no país.

Ao final de seu pronunciamento, o parlamentar abandonou o tema do salário mínimo e do projeto de renda mínima, para lamentar o desfecho da crise dos reféns no Peru. Suplicy acusou o presidente peruano de "faltar com sua palavra", ao prometer a busca de uma solução pacífica para a ocupação da embaixada do Japão em Lima, "ao mesmo tempo em que preparava a invasão do local".



Jefferson Peres

## Jefferson teme por crise entre os três Poderes

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) registrou sexta-feira sua preocupação com "o embrião de crise entre os Poderes da República", manifestado por crítica feita pelo presidente da República à Câmara dos Deputados e pela "troca de declarações e críticas contundentes" entre os presidentes do Congresso e do Supremo Tribunal Federal.

Jefferson Peres referiu-se às manifestações do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Paulo Sepúlveda Pertence, a propósito de liminar suspendendo quebra de sigilo telefônico determinada pela CPI dos Precatórios. Jefferson também citou declarações do presidente Fernando Henrique, que classificou de "vergonhosa" a rejeição, pela Câmara, de um ponto da reforma administrativa.

O senador pelo Amazonas acentuou que, "num choque entre o Legislativo e o Judiciário, perde o Legislativo, perde o Judiciário, perde o país e perde a democracia", ao comentar afirmação do presidente do Senado, publicada na imprensa, segundo a qual, num choque entre esses dois Poderes, o Legislativo não perderia.

Jefferson indagou quem seria o árbitro de um eventual choque entre os Poderes: "a Santa Sé? Sua Santidade o Papa? As Forças Armadas?". Ele lembrou que, segundo a Constituição, os Poderes são interdependentes e harmônicos, "e harmonia é o que não está havendo: não pode o chefe de cada um dos Poderes interpretar como quer qual é o alcance da competência de cada um, e ficar trocando chumbo pelos jomais".

# Roberto Requião garante que não escapará ninguém do seu relatório

*Relator da CPI dos Precatórios refere-se às dezenas de suspeitos de participação no que chama de "ciranda da alegria" com títulos públicos*

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse sexta-feira que tem ficado normalmente até 4h30 da manhã redigindo seu relatório, do qual "não escapará ninguém". Referia-se às dezenas de suspeitos de terem montado uma cadeia, por ele chamada de "ciranda da alegria", para lucrar na compra e venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios.

Requião ressaltou que os envolvidos serão incriminados nominalmente, devendo também seu relatório conter



Roberto Requião

várias sugestões de modificação na legislação fiscal brasileira. Entre essas mudanças, ele prevê leilões abertos e transparentes para evitar manipulação na emissão de títulos públicos. Talvez a legislação possa até exigir a presença do prefeito

ou do governador no Senado sempre que esses apresentarem pedidos de emissão de títulos públicos, acrescentou.

- O sistema de fiscalização do Banco Central tem que melhorar - disse ainda o relator, que propôs em seu parecer uma reformulação visando a tornar mais transparente a ação dessa instituição. Ele sugerirá também uma posição mais rigorosa do Senado na concessão de autorização para emissão de títulos, assim como maior racionalidade na fiscalização da Receita Federal.

## Patrocínio defende que presidiários com posses paguem suas despesas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu sexta-feira projeto de lei de sua autoria que obriga presidiários ricos a custearem sua permanência em estabelecimentos penais. Uma das preocupações manifestadas pelo senador é a de que o sistema penitenciário brasileiro é falimentar porque os gastos com detentos assumem as mesmas proporções dos custos do policiamento, "enquanto inúmeros presos com alto poder aquisitivo vivem na ociosidade".

Na defesa da sua tese, ele se reportou a impressões do magistrado gaúcho Ruy Armando Gessinger, publicadas na revista *Estudos Jurídicos*, em que

este se refere a visitas que fez aos presídios da Alemanha, na década de 80, ficando "evidente a grande distância entre a nossa realidade e a das nações do Primeiro Mundo, onde existem as prisões-albergues".

- Naquele país, todo preso é obrigado a trabalhar, seja em serviço interno, seja externo, para ressarcir a administração pública. Durante o dia, é quase impossível encontrar alguém na cela: todos trabalham; os doentes são recolhidos a enfermarias, que dispõem de recursos inexistentes em muitos hospitais do Brasil - disse Patrocínio sobre as anotações de Gessinger.

Carlos Patrocínio também denunciou a falta de critério quanto à capacidade de alo-



Carlos Patrocínio

jamento para a população carcerária. Outro fato destacado pelo senador para fortalecer sua proposição é o aumento do número de detentos portadores de Aids nos presídios brasileiros. Segundo ele, muitos são prisioneiros reincidentes, que contraem e disseminam a doença após serem libertados.

# Para Távola, "ex-querda" se opõe às reformas

*Senador considera que a verdadeira esquerda é aquela que defende as mudanças: "Quem permanecer na velha concepção do Estado paternalista continuará no campo conservador"*

Artur da Távola (PSDB-RJ), ao elogiar a reforma do Estado proposta pelo governo, afirmou que os que mais se opõem às mudanças são os setores conservadores daquela que já foi a esquerda e hoje é a "ex-querda".



Artur da Távola

Segundo o senador, o que o presidente da República pretende é redefinir o papel, o tamanho e as funções do Estado, pois, caso contrário, não se avançará na direção das demandas da so-

ciência. Na opinião de Távola, a verdadeira esquerda é aquela que defende as mudanças. "Quem permanecer na velha concepção do Estado paternalista e empresário continuará no campo conservador por mais que se suponha progressista", disse.

Para Artur da Távola, os setores que mais resistem às reformas são "os que vivem, ganham, alimentam-se e elegem-se graças à ação de um Estado

afastado da eficiência e de seu papel na contemporaneidade; os totalitários de direita ou de esquerda, que querem o Estado como instância máxima; os neoliberais, que sonham com o Estado mínimo e o predomínio do mercado sobre as demais instâncias da sociedade; e os políticos incapazes de compreender o sentido da transformação pretendida pelo país".

De acordo com o senador, com a reforma do Estado e com a orientação dos investimentos para os setores de

infra-estrutura por meio do capital privado, o Estado poderá recuperar o papel de mediador das relações sociais e de reitor da nacionalidade.

- Sem a consciência de que está na reforma do Estado o maior dos desafios da contemporaneidade, vamos prosseguir a patinar nos mesmos erros, a agravar as consequências da crise desse mesmo Estado, a envolver na repartição da justiça social - concluiu.

## Bolsa-Escola no Distrito Federal anima Benedita

Benedita da Silva (PT-RJ) clogiou o governo do Distrito Federal pela implantação da Bolsa-Escola. A seu ver, a educação



Benedita

"é fundamental para a superação da barreira do atraso e da miséria". O programa consiste no pagamento de um salário mínimo às famílias carentes que mantiverem seus filhos na escola.

- No primeiro ano da experiência, os resultados foram os mais expressivos e animadores possíveis: foi ampliado o número de matriculados como diminuíram os índices de evasão e repetência. Por tudo isso, não me admiro com o fato de a Bolsa-Escola estar sendo levada a outros estados e municípios - disse.

A senadora destacou também outras realizações do governo do DF, como a implantação da primeira universidade aberta e à distância do país, o trabalho social voltado para a recuperação de meninos de rua e a facilidade de crédito simples e barato dado pelo Banco de Brasília às pequenas empresas.

## Valmir sugere participação nas auditorias do SUS

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu sexta-feira a necessidade da participação de outros profissionais, e não só médicos, na realização das auditorias das contas do



Valmir Campelo

Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ele, essa inclusão é necessária para que haja "um exame rápido e eficiente das monumentais contas pagas às mais diversas instituições privadas que tra-

balham para os órgãos públicos".

- Essa transferência de recursos deve ser analisada do ponto de vista contábil, do ponto de vista da sua legalidade e do ponto de vista de sua necessidade. Não basta aprovar um pagamento a determinada instituição. É preciso saber se ele é necessário, justificado e consistente com o serviço produzido - afirmou.

## Odacir elogia atuação do Sebrae em favor do turismo de Rondônia

A atuação do Sebrae/RO foi elogiada por Odacir Soares (PFL-RO), ao destacar o lançamento de uma coleção de publicações que faz parte do Projeto de Desenvolvimento do Turismo, que está sendo implantado pela entidade naquele estado.

As publicações em três volumes, intituladas Séries



Odacir Soares

Associativas, Perfil de Oportunidades de Negócios e Difusão de Informações Empresariais, conforme informa o senador, estão sendo enviadas para mais de 4 mil agências de viagens, além de embaixadas e os

Sebraes dos outros estados, juntamente com um calendário de 1997 denominado "Rondônia espera por você".



Romeu Tuma

## Tuma destaca comemoração do Dia do Exército

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) congratulou o ministro do Exército, Zenildo de Lucena, pela organização das comemorações do Dia do Exército Brasileiro, no último dia 19. Segundo o senador, o evento alcançou mais uma vez o "brilantismo que o coloca à altura de data tão significativa para o Brasil".

Tuma destacou que a data comemorativa do Exército foi inspirada na primeira Batalha dos Guararapes, travada contra os holandeses em 1648, em solo pernambucano, quando "o povo impôs a vontade nacional para garantir a soberania brasileira".

# Francelino diz que formação da Alca deve respeitar diferenças

*"A nós, brasileiros, e aos nossos parceiros do Mercosul, não interessa uma negociação a toque de caixa", esclarece senador*

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) se disse convencido de que a integração continental, no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), é irreversível. Lembrou, porém, que essa integração, por envolver economias altamente desenvolvidas - como a dos Estados Unidos - e, por outro lado, países de economia emergente - como os do Mercosul -, deve ser considerada em função dos interesses legítimos dessas nações.



**Francelino Pereira**

Francelino salientou que, em relação ao Brasil, houve um avanço mais do que suficiente em termos de liberalização comercial, que, no entanto, para ser justa e ética, deve ocorrer dos dois lados, e nunca de for-

ma unilateral, imposta por uma das partes. "A nós, brasileiros, e aos nossos parceiros do Mercosul, não interessa uma negociação a toque de caixa", acrescentou.

O senador destacou a reunião preparatória a ser realizada entre os dias 13 e 17, em Belo Horizonte, para o encontro dos ministros de Comércio dos 34 países, além de encontros de empresários e trabalhadores do continente americano, no mesmo período.

# Para Lauro, globalização ocorre de maneira "dependente e criminosa"

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou na sexta-feira que a guerra fiscal que mobiliza o empenho dos governadores pela instalação de empresas automobilísticas em seus estados demonstra que a inserção do país na globalização está se dando de forma "dependente, criminosa". O senador destacou os casos de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Nesses estados, segundo ele, recursos essenciais são destinados ao financiamen-

to da instalação de montadoras de automóveis, quando o Brasil "possui hoje duas ou três montadoras a mais do que os Estados Unidos". Trata-se, a seu ver, de um processo de aprofundamento da dependência que, em outras fases do capitalismo, neste século, levou os países subdesenvolvidos a serem compradores de produtos gerados por "investimentos dissipadores".

Para Lauro Campos, a ocorrência de "76 guerras mundiais e 346 guerras localizadas e revoluções", após



**Lauro Campos**

1740, demonstra que o centro dinamizador do capitalismo americano passou então a ser as indústrias bélicas e espaciais, em favor das quais o governo dos Estados Unidos ainda investe o equivalente ao PIB da França em pesquisa e tecnologia.



**José Eduardo Dutra**

# Dutra pede inquérito contra vice do BNDES

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), comunicou à Mesa, sexta-feira, o encaminhamento ao Ministério Público de pedido de instauração de inquérito civil contra José Pio Borges Castro Filho, vice-presidente do BNDES.

A razão do pedido, informou Dutra, estaria no fato de Castro Filho exercer destacadas funções no Programa Nacional de Privatização e ter-se tornado membro do Conselho de Administração da Aracruz Celulose, desde novembro de 1996, conforme a *Gazeta Mercantil* de 24 de abril.

Dutra entende que essa participação seria normal, não fosse a Aracruz Celulose controlada pela Anglo-American e Banco Safra, participantes do consórcio Valecom, habilitado ao leilão de desestatização da Vale do Rio Doce. Na opinião do senador, esse acúmulo de cargos "compromete a lisura do processo de desestatização da empresa, pois há graves indícios de que os princípios de impessoalidade e moralidade que devem reger a privatização da Vale foram abalados".

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LEOMAR QUINTANILHA E JEFFERSON PERES

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

## Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.